

MINUTA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-000 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

Anexo II - Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx

*Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxx@xxxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2021 - Processo SEI 0001756-29.2021.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente pela Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG e a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de locação de nobreak de grande porte, com capacidade mínima de 20kVA (sistema de potência ininterrupta, on-line), bem como a respectiva instalação do equipamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, visando o fornecimento de energia ininterrupta, principalmente para a solução de backup instalada no rack-cofre.

1.2. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.2.1. Termo de Referência (ANEXO I);

1.2.2. Edital do Pregão n. xx/2021 e seus anexos.

1.2.3 Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não

conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A descrição dos equipamentos e a prestação dos serviços dar-se-á conforme detalhamento dos Capítulos III, IV, VI e VII do Termo de Referência.

2.2. O equipamento a ser instalado e os serviços de substituição e manutenção preventiva/corretiva serão prestados nos seguintes endereços é resumidamente: Nobreak 20 KVA: Prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sito na Rua Des. Leão Neto do Carmo, nº 23 – Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS;

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contados da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4.2. Os prazos relativos à execução são os seguintes:

a) Entrega e instalação dos materiais: Os equipamentos deverão ser devidamente instalados e postos integralmente em operação em até 30 (trinta) dias, contados da requisição da fiscalização do contrato;

b) Desinstalação dos materiais: Após o término da vigência contratual, os equipamentos deverão ser desinstalados e removidos pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias.

c) Os serviços de **manutenção preventiva**, necessários ao correto funcionamento do sistema, deverão ser executados estritamente em conformidade com as formas e periodicidades recomendadas pelo fabricante do equipamento, e deverão ser prestados pela contratada nos horários e datas a serem previamente agendados junto à fiscalização do contrato;

d) A **manutenção corretiva** deverá ser realizada nos períodos de segunda a sábado, das 8h às 19h, de acordo com o Acordo de Nível de Serviço.

d.1) Nos dias em que houver Eleição (um domingo no 1º turno e um domingo no 2º turno, caso haja); bem como, no último dia do fechamento do cadastro eleitoral, das 7h às 20h, a CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) nobreak reserva no TRE-MS, juntamente com técnico capacitado para realizar a troca em caso de problemas com o equipamento em funcionamento. Totalizando, dessa forma, até 3 (três) dias de serviço em regime de plantão no local. Despesas de transporte e alimentação do técnico ficarão à cargo da CONTRATADA. O último dia do

fechamento do cadastro eleitoral ocorre em dia útil (considerando dias úteis, de segunda a sexta).

e) Prazo máximo para resolução do problema: no prazo máximo de 5 (cinco horas), contados desde a abertura do chamado;

f) Prazo máximo para resolução do problema e devolução do equipamento consertado, no caso de necessidade de remoção do equipamento: 15 (quinze) dias contados da data de retirada.

4.3. Os demais prazos de execução dos serviços são os dispostos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, na ação xxxxxxxxxxxxxxxx .

5.2. As despesas que vierem a ocorrer nos próximos exercícios serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária e serão indicados oportunamente nos autos da contratação.

CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO

6.1. O valor global desta contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA DESPESA	QTD.	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL GLOBAL - 12 MESES (R\$)
01	LOCAÇÃO DE NOBREAK COM CAPACIDADE DE 20KVA, a ser instalado no prédio-sede do TRE/MS.	01		
	TOTAL GLOBAL			

6.2 Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário à realização dos serviços), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO IX - NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE**

DEVEM ACOMPANHÁ-LA e no CAPÍTULO X – DO PAGAMENTO do Termo de Referência.

7.2. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficiar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

8.2. Somente o transcurso de 12 (doze) meses de vigência contratual, poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.3. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.4. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.5. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.6. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão

dispostas no **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no **CAPÍTULO XII. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no **CAPÍTULO XIII. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO** do Termo de Referência.

12.2. Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - [Resolução n. 690](#), de 1 de junho de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

13.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) por **dia de atraso** na instalação ou retirada/entrega do equipamento, na análise do defeito, ou na execução do serviço de manutenção, incidente sobre o valor total contratado, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento); Após o 40º (quadragésimo) dia e a critério da Administração, a autoridade competente poderá entender caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, com a consequente rescisão deste contrato.
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, referente ao item com

problema, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais**, do Termo de Referência, do Acordo de Nível de Serviço ou de ordens da fiscalização;

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e no encaminhamento do documento fiscal hábil** (nota fiscal) ou **não emissão de documento fiscal hábil** para pagamento;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo** que seja considerado obrigatório, na forma prevista em lei;

e) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, caso a contratada **se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por** falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste contrato, levar o TRE/MS à rescisão deste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e

fundamentada da autoridade competente.

14.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS

14.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente pela Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG e a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

14.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 .Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

16.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os

devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2021.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 15/07/2021, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1060310** e o código CRC **7DBC877D**.

0001756-29.2021.6.12.8000

1060310v15